

O comércio da investigação

A industrialização da investigação nas universidades está em curso. Com esta evolução, a Ciência e Tecnologia, sujeita a fortes pressões para estreitar a ligação Universidade-Indústria, corre o risco de vir a expiar os fracassos doutrinários do ensino universitário no plano da docência.

O problema é muito complexo, complexidade historicamente reconhecida em épocas de crise estrutural da sociedade. A Universidade de hoje, em franca mutação, como toda a sociedade (diremos até civilização), perde os valores essenciais da sua função básica, que é construir e reproduzir o saber a alto nível, à medida que se esforça por sobreviver na competição mercantil.

Ouvimos falar em transformar as universidades em empresas, mas não se definem os parâmetros dessa expansão empresarial. Será a desvalorização completa de quem teima em ensinar os princípios fundamentais do conhecimento, para além de superficialidade e chavões introdutórios, por metodologias activas, baseadas no trabalho em intensidade e extensidade? É que a contrapartida a este valioso esforço já é a concretização imediatista de projectos que dão dividendos. Chega-se ao ponto de «oferecer» disciplinas a alunos que participem num projecto (que dá receitas), sob a falsa filosofia de que a prática (prematura) no projecto é mais enriquecedora do que o estudo de uma disciplina (supostamente bem leccionada).

Evidentemente que há justificações, compreensíveis mas inaceitáveis, para tudo isto: o docente tem muito que fazer com os múltiplos projectos de desenvolvimento entre mãos, não lhe restando tempo nem paz de espírito para preparar as lições da disciplina, aviltando o seu programa curricular, o que dá (falsa) razão à filosofia de que «mais vale participar num projecto do que estudar as superficialidades daquela matéria». Ao mesmo tempo o docente, glorificado pela imensa produtividade amostrada, mata dois coelhos numa cajadada (se não muitos mais): alivia-se da maturação reflectida da disciplina e exime-se às canseiras das aulas e correspondentes testes de aproveitamento dos alunos, enquanto resolve um ou mais dos

seus projectos (que lhe grangeiam dinheiro — e fama, pasme-se) com mão-de-obra barata e abundante.

Vem este pensamento à escrita quando se percebe que a tão desejada «autonomia universitária» parece ter como consequências a isenção do Estado em apoiar um ensino superior de qualidade, pois deixa de motivar directamente os docentes universitários à investigação não-comercial (tradicionalmente dita fundamental e aplicada). A onda que se nos sobrepõe traz consigo a força do salve-se quem puder pela angariação, junto da Indústria, no país ou no estrangeiro, de contratos de investigação comercial.

Não nos opomos, bem pelo contrário, a que o sistema científico e tecnológico adquira características mais práticas, orientando-se para objectivos a curto prazo e comerciais. Defendemos, porém, um justo equilíbrio, que permita distinguir uma finalidade da outra, o significado de um resultado do outro, sem que jamais se disvirtue a nobreza das funções de professor. Uma coisa é cooperar com as empresas industriais; outra é substituir-se a essas empresas.

A competitividade é salutar se não exceder os limites do atropelo aos valores essenciais. De facto, querer que um Professor Catedrático se converta num caixeiro viajante, de malinha à diplomata na mão (enquanto não utilizar um computador portátil), a visitar tudo o que são industriais, à cata de um projecto de investigação, que dê uns tostões, sobretudo quando há financiamentos da CEE a abarrotar — é na verdade aviltar a dignidade de uma profissão.

Mas os ventos da História são estes. Professor universitário que não acumule n projectos (em que n é um número real elevado) não é ninguém. Mesmo que lhe seja impossível de os cumprir, por evidente indisponibilidade de tempo. Então o recurso aos alunos, com aliciamentos rebuscados, torna-se inevitável. E a degradação do ensino universitário desabrocha em realidade.

